

O Movimento Ecumênico: História e Significado

*Zwinglio M. Dias**

Abstract

The text below — written more from a descriptive than analytical point of view — intends to present in historical perspective the ecumenical initiatives which took place since the mid-nineteenth century involving Protestants, Orthodox and lately Roman Catholics and eventually led to the formation of the World Council of Churches (WCC). It attempts to stress the decisive role of the sociopolitical transformations which had a bearing on the building up of the ecumenical paradigm prevalent among the Christian churches down to the beginning of the last decade of our century. Although in more undeveloped form, the text also presents the unfolding of the ecumenical movement in Latin America, discussing some of its more meaningful challenges.

Key words: Unity; Mission; Dialogue; Human Rights; Politics.

Sinopse

O presente texto, de caráter mais descritivo que analítico, pretende apresentar, numa perspectiva histórica, as iniciativas ecumênicas ocorridas a partir de meados do século passado que, envolvendo protestantes, ortodoxos e, mais recentemente, católicos-romanos, finalmente levaram à constituição do Conselho Mundial de Igrejas

* Doutor em Teologia pela Universidade de Hamburgo, Alemanha; pesquisador do NEPREL e professor da Pós-Graduação em Ciência da Religião da UFJF.

(CMI). Ele procura assinalar o papel protagônico das transformações sócio-políticas na consolidação do paradigma ecumênico vigente entre as Igrejas cristãs até o início da última década do presente século. Ainda que de forma mais embrionária, o texto também apresenta o desenvolvimento do movimento ecumênico na América Latina discutindo alguns de seus desafios mais pertinentes.

Palavras-chave: Unidade; Missão; Diálogo; Direitos Humanos; Política.

1 - Introdução

Não se pode pensar e entender o movimento ecumênico, que começa a se desenvolver no Brasil e na América Latina de modo mais intensivo especialmente a partir da década de cinquenta, sem referi-lo ao contexto latino-americano — em particular — e ao movimento ecumênico internacional, sob a influência e inspiração do Conselho Mundial de Igrejas (CMI). As aspirações mais antigas pela unidade da Igreja de Cristo nasceram do desejo de construção de um mundo solidário e fraterno.

Começando nas páginas do Novo Testamento, e atravessando os grandes momentos de crise e ruptura na história do Cristianismo, pode-se observar, até mesmo em situações tidas como irreconciliáveis, uma certa nostalgia pela unidade tantas vezes perdida. Em seu excelente trabalho sobre Lutero, Lucien Febvre relata-nos que,

na noite de 27 de junho de 1538, o grande reformador jantava em Wittemberg com seu companheiro de lutas e disputas, o douto mestre Felipe Melanchthon. Os dois homens estavam tristes. Falavam do futuro. Lutero interrogava: “Quantos mestres diferentes seguirá o próximo século? A confusão será total. Ninguém se deixará governar pela opinião ou a autoridade de outro. Cada um procurará ser seu próprio Rabi (mestre): como já é o caso de Osiander, de Agricola. (...) e então quantos escândalos enormes, quantas dissipações! O melhor seria que os príncipes, por meio de um Concílio, procurassem prevenir tais males; mas os papistas não aceitariam jamais isto; têm tanto medo à luz (...)” Por sua

vez, Melanchthon respondia no mesmo tom: “Oh! queira Deus que os príncipes e os Estados possam encontrar num Concílio uma fórmula de concórdia para a doutrina e as cerimônias, estabelecendo uma proibição para ninguém se afastar dela temerariamente, para escândalo do próximo. Sim, é três vezes lamentável o rosto de nossa Igreja mascarada sob tal capa de debilidades e escândalos!”¹

Abordando esta mesma questão, Júlio de Santa Ana recorda uma afirmação do teólogo suíço Karl Barth, que assim se expressa em sua monumental *Dogmática da Igreja*:

Não existe nenhuma justificação, nem teológica, nem espiritual, nem bíblica, para a existência de uma pluralidade de igrejas separadas neste caminho e que se excluem mutuamente umas das outras interna, e, portanto, externamente. Neste sentido, uma pluralidade de igrejas significa uma pluralidade de senhores, uma pluralidade de espíritos, uma pluralidade de deuses. Não há dúvida de que, enquanto a Cristandade for formada por igrejas diferentes que se opõem mutuamente, ela estará negando na prática o que confessa teologicamente: a unidade e singularidade de Deus, de Jesus Cristo e do Espírito Santo. Podem haver boas razões para existirem essas divisões. Podem haver sérios obstáculos para que elas sejam eliminadas. Podem haver muitos motivos para explicar essas divisões e para mitigá-las. Mas tudo isso não altera o fato de que toda divisão é, como tal, um profundo enigma, um escândalo.²

O CMI, principal instrumento de articulação dos desejos de unidade entre os cristãos, e que hoje reúne a maioria das Igrejas Protestantes e Ortodoxas, nasceu, dentre outros motivos, como fruto de um esforço de solidariedade entre os cristãos europeus, perplexos com a capacidade destrutiva da civilização moderna e belicosa que ajudaram a construir. É que, como observou Emílio

-
- 1 Lucien FEBVRE, *Martin Lutero, un destino*, México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1956, p. 264.
 - 2 Julio de SANTA ANA, *Ecumenismo e Libertação*, Petrópolis: Vozes, 1987, p. 72.

Castro, ex-secretário-geral do CMI, o ecumenismo só é possível quando pensado como solidariedade e quando referido à manifestação da unidade do Reino de Deus entre os homens. Este sentimento, somado à experiência do escândalo da separação e concorrência em nome de Cristo nos campos missionários das então colônias européias no hoje conhecido Terceiro Mundo, levaram as Igrejas e suas sociedades missionárias a buscar um entendimento mútuo e a começar a estender linhas de cooperação, principalmente a partir da Conferência Missionária de Edimburgo (Escócia), em 1910.

Esta tomada de consciência acerca da necessidade de uma concordância mínima entre os cristãos e suas diferentes igrejas, para um testemunho consistente do Evangelho, nem sempre foi suscitada e orientada pelas mesmas motivações. Assim, o movimento ecumênico que começou a ser gestado no século 19, e que ganhou força e expressão no século 20, vai diferir enormemente de outras alianças e aproximações entre grupos cristãos e Igrejas motivadas por interesses de caráter político, étnico, ideológico, cultural, etc. O movimento ecumênico, que depois vai se expressar de forma mais acabada no CMI, se caracterizará pela busca da unidade entre os cristãos. Tal busca por unidade visa a dar um testemunho positivo do amor de Deus,

que deseja unidade de todos os seres humanos sobre a base de uma justiça compartilhada que permitirá o desenvolvimento de uma sociedade mais humana, mais fraterna e mais disposta a repartir os bens e comungar ideais.³

2 - O Significado do Termo “*Ecumênico*”

A palavra “ecumênico” vem do termo grego *oikoumene*, que, segundo J. Bosch Navarro,

pertence a uma família de palavras, do grego clássico, relacionadas com termos referentes à morada, ao assentamento, à permanência. Eis alguns termos-raiz dessa

3 ID., *ibid.*, p. 16.

família linguística:

— *oikos*: casa, vivenda, aposento, povo.

— *oikeiotês*: relação, aparentado, amizade.

— *oikeo*: habitar, coabitar, reconciliar-se, estar familiarizado.

— *oikonomeô* (verbo): administração, encargo, responsabilidade da casa.

— *oikoumene*: terra habitada, mundo conhecido e civilizado, universo.”⁴

Assim, a raiz original de onde procedem todos os demais vocábulos é a palavra *oikos*, casa, lugar habitável, lugar onde se mora. Outros estudiosos acrescentam ainda a expressão *oikodomeo*, um verbo que designa a ação de construção da *oikia* (espaço onde se desenvolve a vida familiar, comunitária) para ali se ter a casa (*oikos*).

Oikoumene se refere, pois, ao mundo habitado. Analisando o desenvolvimento histórico pelo qual passou a palavra *oikoumene*, Julio de Santa Ana identifica quatro dimensões da existência humana que estão hoje enfeixadas nos sucessivos significados que este conceito foi adquirindo no decorrer da história. Os escritores gregos clássicos usam o termo para opor a realidade do mundo grego ao espaço cujos habitantes não eram conhecidos. O vocábulo começa a ser usado nesta acepção no final do século 4 a.C., a partir das conquistas de Alexandre Magno, que estende a *oikoumene* grega (o mundo helenizado) do Mar Egeu até às margens do rio Indo. Assim o conceito de *oikoumene* começou a ser usado num sentido eminentemente geográfico.

Mas o processo de helenização iniciado por Alexandre Magno abarca diferentes povos e culturas, como os egípcios, babilônios, sírios, semitas, caldeus, persas, etc. Nessa diversidade de culturas, impunha-se o estabelecimento de algo que pudesse dar unidade a todas estas nações e povos tão diferentes. Surge então o ideal do homem helênico como um elemento unificador e totalizante. Júlio de Santa Ana assinala que

4 J. Bosch NAVARRO, *Para compreender o Ecumenismo*, São Paulo: Loyola, 1995, p. 9-10.

o helenismo trouxe consigo, entre o século III a.C. e o período durante o qual Roma dominou o mundo mediterrâneo, o conceito de um indivíduo cosmopolita como representante da verdadeira humanidade. Separado de suas raízes locais, pode chegar a abarcar a totalidade do universo. Surgiu assim a oposição entre helênico e bárbaro, entre civilizado e inculto; a princípio o mundo da cultura correspondeu à *oikoumene*. A ignorância, a barbárie, começavam além das fronteiras do mundo habitado.⁵

Nesse período, portanto, *oikoumene* (ecumenismo) adquire um sentido essencialmente cultural.

Com a morte de Alexandre e o desmembramento de seu império, o poder grego no mundo antigo começa a fragilizar-se. Pouco a pouco, um outro poder imperial aparece estabelecendo seu domínio sobre as terras que circundam a bacia do Mar Mediterrâneo. Diz Santa Ana:

Esse poder foi Roma. A esse período corresponde um novo sentido da palavra *oikoumene*. Já vimos como essa palavra teve primeiro uma conotação geográfica e em seguida cultural. Quando o Império Romano impõe seu poder sobre as terras que circundam o que eles chamavam “Mare Nostrum”, o termo adquiriu uma dimensão política, que complementa a compreensão cultural, helenística, que havia sido dada a esse vocábulo.⁶

É nestes três sentidos que o termo *oikoumene* aparece na literatura do Novo Testamento. Ele é empregado em quinze passagens, recuperando em algumas delas o sentido de mundo (At. 11.28), de cultura helênica (Rm 10.18; Hb 1.6; Ap 12.9), de Império Romano (Lc 2.1). O termo é introduzido na literatura eclesiástica quando o Concílio de Constantinopla (em 381) refere-se ao Concílio de Nicéia (em 325) como um “concílio ecumênico”. Segundo Bosch Navarro,

5 SANTA ANA, *Ecumenismo e Libertação*, p. 18.

6 ID., *ibid.*, p. 18.

a partir desse momento o termo *ecumênico* designará as doutrinas e os usos eclesiais que são aceitos como norma de autoridade e dotados de validade universal em toda a Igreja Católica.⁷

Na verdade, a dimensão religiosa da palavra só vai ganhar realmente sentido como tal a partir do século 17, depois da Reforma Protestante e em meio aos conflitos que dilaceravam os cristãos divididos na Europa. Júlio de Santa Ana refere-se aos espíritos lúcidos dessa última época, que, inconformados com as guerras religiosas, procuravam organizar uma reação às consequências de violências e terror geradas pelas disputas religiosas. Faz menção de uma destas iniciativas, aquela encabeçada pelo físico e matemático luterano Jorge Guilherme Leibniz. Em relação a este, Santa Ana afirma:

Profundamente escandalizado com o antitestemunho dessas guerras nas quais os cristãos, para defender a sua versão do Evangelho, estavam de fato sendo infiéis a ele, Leibniz enfatizou a necessidade de se chegar a construir uma Igreja Universal que desse lugar em seu seio às diferentes expressões da vida e da fé cristã. A partir de 1691 manteve contato epistolar com Bossuet, Bispo de Meaux e tutor da coroa da França. Foi através desta correspondência que a palavra *ecumênico* chegou a adquirir sua dimensão religiosa como indicação da universalidade do Cristianismo e, portanto, da própria fé e da Igreja de Cristo.⁸

3 - O Surgimento do Movimento Ecumênico e a Pré-História do Conselho Mundial de Igrejas (CMI)⁹

O movimento ecumênico de origem protestante, mas que, posteriormente englobaria a participação das Igrejas Ortodoxas e contaria, após o Concílio Vaticano II — que finaliza suas

7 NAVARRO, *Para compreender o Ecumenismo*, p. 10.

8 SANTA ANA, *Ecumenismo e Libertação*, p. 22.

9 Esta seção está baseada no verbete *Oecuménisme*, da autoria de Jean BAUBÉROT, Jean-Louis LEUBA, in: *Encyclopedie du Protestantisme*, Paris; Genebra: Cerf; Labor et Fides, 1995, p. 1085-104.

atividades em 1965 —, com a colaboração da Igreja Católica Romana, vai se expressar durante o século 20 como resultado de uma série de movimentos que se desenvolveram, a partir de meados do século 19, em torno a três eixos essenciais à vivência das Igrejas: a missão, a ação e a doutrina. Estas manifestações tendentes à unidade se deram em ordem cronológica, e na forma de conferências sucessivas entre as quais uma comissão de continuidade assegurou a permanência do trabalho e a preparação da etapa seguinte.

3.1 - O Sonho de Unidade a Partir dos Campos Missionários

Em seu livro *El Movimiento Ecuménico*, Norman Goodall conta uma história interessante acerca dos primeiros sonhos ecumênicos:

O “pai das missões modernas”, William Carey, (missionário batista inglês) propôs em 1806 convocar uma reunião de todos os cristãos no Cabo da Boa Esperança, aproximadamente para o ano de 1810, que seria seguida de reuniões semelhantes a cada dez anos. Carey fez esta sugestão numa carta a seu amigo Andrew Fuller, secretário da Sociedade Missionária Batista. Mas Fuller não viu a idéia com entusiasmo. “Isso não passa de um dos agradáveis sonhos do irmão Carey,” escreveu.¹⁰

Não é de se espantar que tenha sido justamente nos campos missionários que a perspectiva ecumênica começou a ser vislumbrada. Pois foi exatamente lá que as diferentes denominações tiveram que se enfrentar umas às outras, e todas com os tremendos desafios lançados por contextos culturais, sociais e religiosos os mais diferentes e estranhos (para os missionários ocidentais). A partir da metade do século 19, os representantes das mais diferentes iniciativas missionárias começaram a se reunir para buscarem juntos um mínimo de unidade de propósitos.

10 N. GOODALL, *El Movimiento Ecuménico: Qué es y para que trabaja?*, Buenos Aires: La Aurora, 1970, p.15.

Uma conferência missionária realizada em Nova York em 1900 chegou mesmo a intitular-se “conferência ecumênica”, porque o plano de campanha de evangelização que seus membros estavam construindo tinha o objetivo de alcançar o mundo todo. Esta conferência foi o berço que deu nascimento à Conferência Missionária Mundial de Edimburgo em 1910, onde foram tratados os seguintes temas: como levar o Evangelho ao mundo; a Igreja nos campos missionários; país de origem e país-missão; mensagem missionária e religiões não-cristãs; a formação de missionários; missões e governos; e cooperação e promoção da unidade. Nessa ocasião, o termo “ecumênico” foi evitado. O encontro foi essencialmente protestante. Nem os católicos-romanos nem os ortodoxos foram convidados. Como resultado dessa conferência, foi criado em 1921, em Lake Mohonk, (Nova York) o Conselho Missionário Internacional.

É de se notar que as igrejas latino-americanas não foram convidadas para participar desta conferência. Isto porque, para seus promotores, a América Latina era considerada um território cristão, evangelizada que foi pela Igreja Católica Romana. Esta atitude contrariou sensivelmente os missionários protestantes que atuavam no continente e que não reconheciam a Igreja Romana como uma igreja cristã. Em reação, portanto, à Conferência de Edimburgo, as sociedades missionárias norte-americanas ativas em nosso continente convocaram um Congresso Missionário para tratar da temática da missão nas terras latino-americanas. Este congresso passou à história como Congresso do Panamá, pois foi realizado nesse país em 1916.

Nomeado, a partir de então, Conselho Missionário Internacional, aquele viria a promover uma série de Conferências sobre a mesma temática da Missão e da Unidade, até se integrar definitivamente ao CMI. Estas Conferências ocorreram em vários lugares. Em Jerusalém (1928), foram tratadas entre outras as seguintes questões: a relação entre Igrejas-mães e as igrejas jovens; as questões raciais, rurais e industriais. Em Tambaram (Índia), realizou-se outra conferência missionária em 1938. Nela se discutiu, preponderantemente, a questão das relações entre Igreja e Estado

e a problemática da evangelização. A conferência seguinte teve lugar em Whitby (Canadá, 1947), e nela se discutiram as questões relativas à Segunda Guerra Mundial e, particularmente, a responsabilidade das Igrejas. Na conferência seguinte, em Willingen (Alemanha, 1952), uma contundente declaração fez com que, a partir da seguinte conferência realizada em Achimota (Gana, 1958), se tomasse irresistível a decisão do Conselho Missionário Internacional de se integrar ao Conselho Mundial de Igrejas, o que finalmente aconteceria na 3ª Assembléia deste, realizada em Nova Délhi (Índia, 1963). Dentre outras coisas, a declaração de Willingen dizia o seguinte:

O amor de Deus em Cristo suscita uma tríplice resposta: a adoração, a unidade e a missão. Estes três aspectos da resposta da Igreja são interdependentes. Corrompem-se quando os isolamos um dos outros. A divisão da Igreja distorce seu testemunho, frustra a sua missão e contradiz a sua própria natureza. Se a Igreja deve demonstrar o Evangelho em sua própria vida, e não apenas em sua pregação, deve manifestar algo do poder de Deus de derrubar todas as barreiras e estabelecer a unidade da Igreja em Cristo. Cristo não está dividido (...). cremos que através do Movimento Ecumênico Deus está reunindo todo o seu povo em um para que sejamos capazes de discernir com maior clareza as contradições em nossa mensagem e as barreiras para a unidade, que também são obstáculos para o cumprimento de um testemunho eficaz no mundo. Já não podemos aceitar as divisões da Igreja como se fosse um fato normal. cremos que no Movimento Ecumênico Deus dispôs um remédio para a cooperação no testemunho e no serviço, e, também, um meio para que possamos tirar de nossa vida como Igreja muito daquilo que prejudica o testemunho e o serviço.¹¹

11 SANTA ANA, *Ecumenismo e Libertação*, p. 233.

3.2 - Buscando a Unidade na Ação pela Justiça e Paz

Já a partir da Primeira Guerra Mundial, muitas Igrejas do hemisfério norte mostravam-se preocupadas com suas responsabilidades pela paz e justiça no mundo. Em 1914 foi fundada em Constança (Alemanha) a Aliança Universal para a Amizade Internacional Através das Igrejas. Ao término da guerra, estas igrejas passaram a preocupar-se em contribuir para o restabelecimento de uma paz justa e durável, e em formular uma resposta cristã à situação econômica, social e moral do pós-guerra. O resultado foi que noventa delegados de quinze países se reuniram em Genebra em 1920 sob a direção do arcebispo luterano de Uppsala (Suécia), Nathan Söderblom, apoiado, dentre outros, pelo metodista norte-americano John R. Mott, para organizarem uma conferência mundial sobre estas questões. Trata-se da “Conferência sobre Cristianismo Prático”, que deu origem ao Movimento de “Vida e Ação” que se realizou em Estocolmo (Suécia) em 1925. A Igreja Católica declinou o convite que recebeu para também participar, mas os Ortodoxos se mostraram muito interessados. Sob o lema de que “a doutrina divide mas o serviço une” pensava-se, então, que se poderia enfrentar de forma “prática” os desafios da situação mundial.

A partir do *crack* da Bolsa de Nova York em 1929 e a crise econômica que lhe sucedeu, a partir do totalitarismo crescente, da teologia de Karl Barth na Europa e de Reinhold Niebuhr nos Estados Unidos, assim como da renovação do pensamento ortodoxo devida, entre outros, a Serghei Bulgakov e Nicolas Berdiaeff, foi ficando cada vez mais claro, como assinalaram o Arcebispo William Temple e o secretário do Conselho Missionário Internacional, Joseph H. Oldham, que o “Cristianismo Prático” não poderia realmente deslanchar sem um fundamento teológico mais consistente. A isto se dedicam seus protagonistas na sua segunda Conferência realizada em Oxford em 1937, onde o otimismo idealista do início cedeu lugar à uma visão mais profunda e teologicamente mais sedimentada da realidade que então se enfrentava.

3.3 - Procurando uma Base Doutrinal Comum

Desde meados do século 19, a Comunhão das Igrejas Anglicanas se mostrava preocupada e interessada em propor que todas as Igrejas se reunissem sobre uma base doutrinal comum. Em 1886, a Igreja Anglicana norte-americana tinha formulado em quatro artigos os elementos essenciais de uma tal base: (1) as Santas Escrituras do Antigo e Novo Testamentos; (2) os símbolos de Nicéia-Constantinopla; (3) os dois sacramentos do Batismo e da Eucaristia; (4) o episcopado histórico. Dois anos mais tarde, a terceira Conferência de Lambeth adotou esta formulação, juntando o Credo Apostólico ao segundo artigo. Assim surgiu o hoje famoso Quadrilátero de Lambeth, que desempenhou um papel controvertido no processo de aproximação doutrinal entre as Igrejas. Para umas ele parecia exíguo demais, especialmente quanto à questão do episcopado, enquanto que, para outras, esta formulação quádrupla era tida como excessivamente ampla. Depois da 6ª Conferência de Lambeth, em 1920, o artigo 4º foi reformulado para propiciar uma maior aceitação entre as igrejas não-episcopais, ficando assim expresso: “Um ministério reconhecido pelas Igrejas como não procedendo apenas da vocação interior do Espírito, mas também do mandato de Cristo e da autoridade de todo o corpo eclesialístico.”

No começo do século 20, preocupações semelhantes começaram a se desenvolver no interior das Igrejas Ortodoxas. Entre 1902 e 1904, o Patriarca de Constantinopla pronunciou-se a favor de uma colaboração com as Igrejas não-ortodoxas. Em 1920, o mesmo Patriarcado, através de uma carta de Monsenhor Strenopoulos Germanos, e assinada pelos membros do Sínodo, propunha a criação de uma “Liga das Igrejas” (*Koinonia ton Ekklesion*), nos moldes da “Liga das Nações” proposta pelo Presidente Wilson, dos Estados Unidos. Segundo o Dr. A. Visser't Hooft, primeiro secretário-geral do CMI, este projeto de convocação das Igrejas Cristãs em todo o mundo para um esforço de unidade, anunciado na abertura do Santo Sínodo da Igreja de Constantinopla em 10 de Janeiro de 1919, pelo seu presidente, o Metropolita Dorotheos de Brussa, significou uma iniciativa sem precedentes na história da Igreja.¹² Desde então, as Igrejas

12 W. A. VISSER'T HOOFT, *The Genesis and Formation of the World Council of Churches*, Genebra: W.W. C. [World Council of Churches], 1992, p. 1-2.

ortodoxas passaram a participar de diferentes atividades junto com cristãos não-ortodoxos, até se tornarem membros do CMI em 1961.

A Igreja Anglicana continuou perseguindo seu objetivo de convocar uma conferência consagrada às questões relativas à fé e à eclesiologia. Uma comissão presidida pelo Bispo Charles H. Brent, da Igreja Anglicana norte-americana, organizou uma conferência que se realizou em Lausanne em 1927 sob o título de “Fé e Ordem”, e que reuniu 400 participantes representando 127 igrejas. Esta foi a primeira de uma série de conferências consagradas aos seguintes temas: doutrina e prática do Batismo e da Eucaristia; ministério ordenado; unidade da Igreja; intercomunhão; Escritura e Tradição; ordenação de mulheres; significados das confissões de fé; fatores não-teológicos; etc. Integrado em 1948 ao CMI, o movimento “Fé e Ordem” produziu muitos documentos importantes, dentre eles o chamado “Documento de Lima” (1982) ou BEM (Batismo, Eucaristia e Ministério), o qual propõe uma base de concordância para as Igrejas quanto a sua natureza e missão.

3.4 - A Constituição do CMI

Depois de existirem por um tempo independentes, os movimentos compostos pela Conferência Mundial do Cristianismo Prático (Movimento de Vida e Ação); pela Comissão de Fé e Ordem; pela Aliança Mundial para a Amizade Internacional Através das Igrejas; pela Associação Cristã de Moços(as); e pela Federação Mundial de Estudantes Cristãos, começaram, nos inícios da década de trinta, a expressar seu desejo de se integrarem num único organismo. Várias iniciativas começaram a ser tomadas neste sentido. Em 1932 o Movimento de Vida e Trabalho e a Aliança para a Amizade Internacional passaram a ter um único secretário-geral. Em 1933, o Movimento de Vida e Trabalho propôs à Comissão de Fé e Ordem a criação de um grupo especial que fizesse a ponte entre ambos movimentos. Mas a iniciativa não prosperou. Ainda nesse ano, por proposta de Williams Adams Brown, secretário-administrativo de “Vida e Trabalho”, foi convocada uma reunião, pelo Arcebispo de York, William Temple, importante figura de “Fé

e Ordem”, dos principais líderes de todos os movimentos acima mencionados, mais os representantes do Conselho Internacional de Missões. Avanços significativos foram feitos na discussão acerca das características estruturais de um futuro e desejado movimento ecumênico. Sua real natureza era o foco principal das discussões. O desenvolvimento do Nacional-Socialismo na Alemanha e os problemas que colocava para as Igrejas cristãs nesse país tornavam-se problemas para toda a cristandade. As relações entre Igreja e Estado tornaram-se decisivas nesse momento. O processo de discussão que deslanchou neste período fez emergir a figura de J.H. Oldham, que passaria a desempenhar um papel decisivo para a constituição do CMI. Em 1937, a Comissão de Fé e Ordem se reúne em Edimburgo e o Movimento de Vida e Ação se reúne em Oxford. Ambas conferências tratam, por diferentes caminhos, da criação de um Conselho Mundial de Igrejas. O grande temor era a constituição de uma “super-igreja”, ou a criação de um organismo que fosse normativo para as Igrejas. Depois de longas e intrincadas discussões, foi formado um comitê de quatorze membros (sete de cada movimento), presidido pelo arcebispo William Temple, que se reuniu em Utrecht (Holanda) em 1938 e preparou as bases constitucionais para a formação de um “Conselho Ecumênico de Igrejas”.¹³ Durante esse período preparatório, que se estendeu mais do que se havia planejado por causa da eclosão da Segunda Guerra Mundial, a Aliança Mundial para a Amizade Internacional Através das Igrejas juntou-se aos dois movimentos. Em 1946 foi fundado o Instituto Ecumênico de Bossey (Genebra, Suíça). No dia 23 de agosto de 1948, os três movimentos reuniram-se em assembléia na cidade de Amsterdã (Holanda) e decidiram pela criação definitiva do CMI.

Mais tarde outros movimentos juntaram-se a estes três, como o Conselho Internacional de Missões e o Conselho Mundial de Educação Cristã. Em Amsterdã 147 Igrejas Protestantes, Anglicanas e Ortodoxas aceitaram reunir-se sob a seguinte base comum: “*O Conselho Mundial de Igrejas é uma associação*

13 VISSER'THOOFT, *The Genesis...*, p. 26-50.

fraterna de Igrejas que aceitam nosso Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador.” Os objetivos e funções atribuídos a este Conselho foram assim expressos:

- a) Dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelos dois movimentos mundiais de “Fé e Ordem” e “Vida e Trabalho”;
- b) criar facilidades para a ação comum das Igrejas;
- c) promover o estudo em comum;
- d) desenvolver a consciência ecumênica dos fiéis de todas as Igrejas;
- e) estabelecer relações com as alianças confessionais de caráter mundial e com os demais movimentos ecumênicos;
- f) convocar, quando as circunstâncias o exigirem, conferências mundiais que estarão autorizadas a publicar suas próprias conclusões;
- g) sustentar as Igrejas em seus esforços de evangelização.

Finalmente ficou estabelecido que nas questões de interesse de todas as igrejas e que fossem da alçada do movimento de “Fé e Ordem”, o Conselho procederia sempre em conformidade com os princípios que constituíram a base das Conferências de Lausanne em 1927 e de Edimburgo em 1937. Estes princípios visavam a respeitar as posições teológicas das diversas Igrejas.

A assembléia de Amsterdã reuniu 351 delegados representando 147 Igrejas provenientes da Europa e da América do Norte. Este número foi aumentando desde então. Atualmente, o CMI reúne 317 Igrejas provenientes dos cinco continentes e inclui a grande maioria das denominações Protestantes, dos Patriarcados Ortodoxos e dos Vêtero-Católicos, além de muitas Comunidades Pentecostais e Igrejas Independentes Africanas. O quadro seguinte oferece uma visão desse processo de crescimento:

| Ano | Assembléias | Delegados | Igrejas-Membros |
|------|--------------------|-----------|-----------------|
| 1948 | Amsterdã (Holanda) | 351 | 147 |
| 1954 | Evanston (U.S.A.) | 502 | 161 |
| 1961 | Nova Delhi (Índia) | 577 | 197 |

| | | | |
|------|----------------------|-----|-----|
| 1968 | Uppsala (Suécia) | 704 | 235 |
| 1975 | Nairobi (Quênia) | 676 | 285 |
| 1983 | Vancouver (Canadá) | 847 | 301 |
| 1991 | Canberra (Austrália) | 842 | 317 |

A base de concordância que reúne as igrejas-membros do CMI adotada em Amsterdã sofreu uma série de detalhamentos e complementações. Em 1950, o Comitê Central do CMI reunido em Toronto, no Canadá, elaborou uma declaração intitulada *A Igreja, as Igrejas e o Conselho Mundial de Igrejas*, tendo por subtítulo “A Significação Eclesiológica do Conselho Mundial de Igrejas”. Este texto, hoje conhecido como “Declaração de Toronto,” e que aperfeiçoa a “base” adotada em Amsterdam, declara, entre outras coisas, o seguinte:

- 1) O CMI não é e nem deve vir a se tornar uma super-Igreja;
- 2) o objetivo do CMI não é o de negociar a união entre as Igrejas, pois isto só pode ser feito por elas mesmas e por sua própria iniciativa;
- 3) o CMI não pode e não deve estar baseado numa concepção particular de Igreja. Ele não prejudica a questão eclesiológica;
- 4) ser membro do CMI não supõe que uma Igreja considere sua própria concepção de Igreja como relativa, nem que cada Igreja deva considerar as outras Igrejas como Igrejas no sentido pleno e verdadeiro do termo;
- 5) ser membro do CMI não implica que se deva aceitar uma doutrina específica relativa à natureza e à unidade da Igreja.

Assim, a “Declaração de Toronto” abriu espaço senão para a participação, pelo menos para a colaboração da Igreja Católica Romana com alguns organismos do CMI, e agradou plenamente aos Ortodoxos. Mas para evitar que um certo imobilismo “engessasse” a ação do CMI, foram propostas medidas práticas de abertura de umas Igrejas às outras, medidas estas baseadas na

vida cristã concreta de seus membros e comunidades.

A base doutrinal foi completada na Assembléia de Nova Délhi (1961), onde ela adquiriu a seguinte formulação: “*Segundo as Escrituras [as Igrejas] se esforçam para responderem juntas a sua comum vocação para glória do único Deus, Pai, Filho e Espírito Santo.*” Nessa mesma assembléia, o Conselho Missionário Internacional integrou-se ao CMI, passando a compor a divisão de “Missão e Evangelização”. Dando continuidade às suas atividades tradicionais, ele realizou conferências mundiais sucessivas sob sua temática própria no México, em 1963 (primeira conferência ecumênica sobre missão a realizar-se na América Latina), Bangkok, em 1973, Melbourne, em 1980, San Antonio (USA), em 1989 e Salvador (Brasil), em 1996. Também nessa última conferência as principais Igrejas Ortodoxas do oriente foram formalmente recebidas como igrejas-membro, assim como as jovens igrejas ortodoxas da África e da Ásia.

O movimento de “Fé e Ordem” e o de “Vida e Ação” apresentaram desenvolvimentos diferentes depois de se reunirem no CMI. O primeiro viria a continuar o trabalho que realizava antes, mantendo o seu nome original e cuidando das tarefas relativas às questões doutrinárias. O segundo, no entanto, vai manifestar-se de diferentes formas, multiplicando os temas e os instrumentos de ação para dar cumprimento aos seus objetivos fundantes, dinamizando, com isto, o desenvolvimento do CMI. Assim, o Conselho realizou uma série de conferências e encontros para o tratamento dos mais diferentes temas. Por exemplo: *Ajuda ao Desenvolvimento* (Conferências de Swanwick, Inglaterra, em 1966; e Montreaux, Suíça, em 1970; Larnaka, Chipre, em 1986); *Igreja e Sociedade* (Conferências de Genebra, Suíça, 1966; Bucareste, Romênia, em 1974; Cambridge, USA em 1979, no *Massachusetts Institute of Technology*); *Diálogo com as Outras Religiões* (Conferências de Chiang Mai, Tailândia em 1977); *Comunidade e Partilha* (Conferência de El Escorial, Espanha, em 1987); *Justiça, Paz e Integridade da Criação* (Conferência de Seul, Coréia, em 1990).

Atualmente, o trabalho do CMI se desenvolve através da articulação de quatro unidades programáticas:

Unidade I — articula os programas relativos a “Fé e Ordem”, ao papel dos leigos, à formação teológica, ao Culto e Espiritualidade.

Unidade II — as Igrejas em Missão, Saúde, Educação e Testemunho, que articula os programas que têm a ver com: missão e evangelização na perspectiva da unidade; comunidade e justiça; evangelização e culturas; ação das igrejas em favor da saúde e da formação do povo de Deus.

Unidade III — ocupa-se da temática da Justiça, Paz e Criação, coordenando os programas relativos ao processo conciliar, luta contra o racismo, assuntos internacionais, a luta das mulheres, os programas para a juventude.

Unidade IV — trata do tema da Partilha e do Serviço, coordenando as atividades programáticas relativas à partilha dos recursos ecumênicos, diaconia, ajuda de emergência em situações de catástrofes, socorro aos refugiados, solidariedade e cooperação com os pobres, coordenação da ajuda das Igrejas.

Em termos de organização, o CMI tem sua sede em Genebra, e se compõe de uma assembléia geral dos delegados de suas igrejas-membros, que se reúne a cada sete ou oito anos. Esta assembléia geral elege um Comitê Central composto de 145 membros, e elege um *Praesidium* de seis ou sete presidentes. Estes, em conjunto com outros membros do Comitê Central, constituem um Comitê Executivo de 27 pessoas, ao qual se agrega o secretário-geral também eleito pelo Comitê Central. Nos cinquenta anos de existência do CMI, ocuparam esta função o Rev. W.A. Visser't Hooft, reformado holandês (de 1948 a 1966); o Rev. Eugene Carson Blake, presbiteriano norte-americano (de 1966 a 1972); o Rev. Philipp Potter, metodista do Caribe inglês (de 1972 a 1984); o Rev. Emílio Castro, metodista uruguaio (de 1985 a 1993); e o Rev. Konrad Raiser, luterano alemão (de 1994 até o presente). Neste ano de seu cinquentenário, o CMI vai celebrar sua Oitava Assembléia Geral em Harare (Zimbabwe).

3.5 - A Igreja Católica Junta-se aos Esforços Ecumênicos de Protestantes e Ortodoxos

Até a constituição do CMI, a Igreja Católica manteve-se, oficialmente, alheia aos movimentos pró-união das igrejas conduzidos por protestantes e ortodoxos. Mas nem por isso ela deixou de acompanhar o processo. Os primeiros sinais de mudança dessa atitude começaram a aparecer em 1949, quando foi promulgado um documento do Santo Ofício intitulado *Ecclesia Sancta*. Nesta declaração se reconhecia a legitimidade dos esforços ecumênicos das demais igrejas. Dentre outras coisas, afirmava-se nesse documento que ali se tratava de um movimento “inspirado pelo Espírito Santo e fonte de alegria no Senhor para os filhos da verdadeira Igreja”.

A grande mudança de atitude, no entanto, viria com a convocação em 1959, pelo Papa João XXIII, do Concílio Vaticano II. Já no anúncio dos objetivos do conclave sublinhava-se que se tratava de um Concílio para a renovação (*aggiornamento*) da Igreja e sua abertura ao ecumenismo e ao mundo. No ano seguinte, foi criado o Secretariado Romano para a Unidade dos Cristãos. A partir da terceira assembléia do CMI (Nova Délhi, Índia, em 1961), observadores oficiais da Santa Sé passaram a participar em cada uma de suas assembléias gerais. Em 1964, o Papa Paulo VI promulga o Decreto Conciliar sobre ecumenismo *Unitatis Redintegratio*, o qual amplia vastamente o horizonte eclesiológico da Igreja. Como assinala Bosch Navarro,

Não se trata de princípios do ecumenismo católico, mas dos princípios católicos do ecumenismo. Em outras palavras, a Igreja Católica reconhece que não há um ecumenismo católico em contraposição a um ecumenismo protestante ou ortodoxo. Há um único movimento ecumênico, ao qual vão aderindo as diferentes Igrejas, cada uma a partir de sua própria índole e de suas posições doutrinárias.¹⁴

14 NAVARRO, *Para compreender o Ecumenismo*, p. 149.

A partir de então se estreitam, através de diferentes instrumentos, os laços entre Roma e Genebra. Em 1965 é criado o “Grupo de Trabalho Conjunto”, comissão mista de teólogos católicos, nomeados pelo Vaticano, e teólogos protestantes e ortodoxos nomeados pelo CMI, que desde então vem trabalhando em temas doutrinários. A partir da quarta assembleia do CMI (Uppsala, Suécia, em 1968), um grupo de 12 teólogos católicos passa a integrar, em pé de igualdade com os demais, a Comissão de “Fé e Ordem”. De 1965 a 1980, passa a funcionar uma comissão mista que se ocupa das questões relativas à sociedade, ao desenvolvimento e à paz. Esta viria a ser conhecida pela sigla SODEPAX.

Contudo, talvez os gestos mais significativos de parte da Igreja Católica para testemunhar seu interesse e apreço aos esforços ecumênicos representados pelo CMI tenham sido as duas visitas papais realizadas à sede do Conselho em Genebra: a primeira por Paulo VI em 1969, e a segunda por João Paulo II em 1984.

4 - O Movimento Ecumênico na América Latina e a Presença do Conselho Mundial de Igrejas

O que acontecia na Europa e na América do Norte tinha ressonância nas Igrejas da América Latina, além do fato intrínseco da obra missionária em nossas latitudes suscitar inquietações e questionamentos entre muitos de seus agentes diretos a respeito da unidade cultural imposta em grande parte pelo Catolicismo Romano frente à desagregadora diversidade oferecida pelas inúmeras igrejas evangélicas que missionavam na região. O ex-padre convertido em primeiro pastor presbiteriano brasileiro, José Manuel da Conceição, e mais tarde os pastores Erasmo Braga e Epaminondas M. do Amaral, foram destacados líderes evangélicos que, em momentos diferentes, não só não aceitavam o divisionismo denominacionista como lutavam para encontrar formas de cooperação entre as novas igrejas que iam se estabelecendo. Eles propugnavam por um Protestantismo que resgatasse o Evangelho sem romper com as expressões religiosas da matriz cultural

brasileira. Seus esforços no Brasil correspondiam a anseios semelhantes de outros cristãos protestantes em diferentes países latino-americanos.

4.1 - Antecedentes

Desde o Congresso de Panamá (1916), significativos encontros nacionais — como o que criou a Confederação Evangélica do Brasil em 1933 — e internacionais foram consolidando uma vontade de cooperação e unidade entre os protestantes, ao longo desses anos, por todo o continente. Estes movimentos foram realizados pelas igrejas institucionais, e tiveram sua culminação na criação definitiva, em 1982, do Conselho Latino-Americano de Igrejas.

Ao lado dos esforços de setores das igrejas evangélicas latino-americanas de procurar corrigir o empenho missionário denominacional, criando espaços de cooperação entre as igrejas, tendo como pano-de-fundo uma compreensão mais consolidada da realidade sócio-política e econômica do continente, é preciso destacar a contribuição importante e decisiva do CMI na construção de espaços ecumênicos no continente. Através de sua comissão de Igreja e Sociedade, dirigida na ocasião pelo Dr. Paul Abrecht, o CMI promoveu, na cidade de São Paulo em 1953, uma Conferência sobre Igreja e Sociedade.

Este evento permitiu a articulação de esforços de diferentes setores evangélicos que começaram a preocupar-se com o sentido e as consequências das relações entre as Igrejas e as diferentes expressões nacionais da sociedade latino-americana. A conferência iria influir sobremaneira nos esforços desenvolvidos pelos setores mais politizados e que faziam parte da série de encontros continentais conhecidos sob o título de Conferências Evangélicas Latino-Americanas (CELAS). É a partir desses empenhos que se cria, em 1961, a “Junta Latino-Americana de Igreja e Sociedade”, que se tornou conhecida sob a sigla ISAL (Igreja e Sociedade na América Latina). Em princípio este grupo foi composto oficialmente por representantes dos departamentos ou setores das Igrejas do continente que se ocupavam da ação social, ou seja, com a inflexão

diaconal das Igrejas no interior das sociedades latino-americanas.

Estávamos, nesse período, em meio a uma ebulição política muito forte na maioria dos países do continente. Os nacionalismos tendiam a crescer frente à descoberta e rejeição da ingerência política norte-americana na região. O triunfo inequívoco da revolução cubana, que ascende ao poder em 1959, exerceu um papel catalítico importante sobre os movimento de jovens e de intelectuais cristãos nesse momento. A polarização política rapidamente se alastrou por todos os países da área e invadiu também as igrejas. Os conflitos de caráter político-ideológico se impuseram nas agendas dos dirigentes eclesiásticos. A reflexão teológica que ISAL começou a desenvolver, a partir de uma constatação da ideologização da mensagem protestante em função do *status quo* econômico-político reinante, provocou uma polêmica virulenta no interior das igrejas e levou as mesmas a uma postura negativa frente à nova estrutura que tinham criado para expressar suas relações com as sociedades latino-americanas.

Assim, praticamente todas as instituições eclesiásticas, com maior ou menor intensidade, retiraram seu apoio oficial a ISAL. Esta organização, que nasceu com um caráter institucional definido, transformou-se num movimento que seria capaz, até meados dos anos setenta, de aglutinar as forças mais progressistas das igrejas, notadamente seus quadros intelectualizados e politizados, comprometidos com as tarefas de transformação sócio-política dos países do continente.

O apoio, tanto moral quanto eclesiástico-político e financeiro, de programas do CMI, foi de fundamental importância para o trabalho de ISAL. Nesse esforço, os intelectuais de origem protestante, forçados a migrar de suas igrejas por imposição dos setores mais conservadores, que assumiam o poder de qualquer maneira para impor seus interesses às vezes extremamente reacionários, não lançaram apenas as bases para uma reflexão teológica genuinamente latino-americana. Eles influíram, em muitos países e em situações bem específicas, na construção de um pensamento que levou as marcas da originalidade latino-americana.

O trabalho de ISAL veio fortalecer os laços ecumênicos nascentes, e criou empenhos de colaboração com setores católicos que trafegavam na mesma via das transformações sócio-políticas, embebidos todos pela mediação sócio-analítica advinda da inspiração marxista e iluminada por uma compreensão bíblico-teológica fundamentada nos teólogos europeus do pós-guerra. Esse diálogo se deu, basicamente, com os membros do movimento de intelectuais católicos do MIEC, e incorporou os setores estudantis aglutinados no Movimento Estudantil Cristão (de origem protestante) e na Juventude Estudantil Católica (JUC, JEC), constituindo-se na vanguarda de um novo pensar teológico na América Latina e de uma atitude pastoral proposta para todas as igrejas do continente face à compreensão das mudanças estruturais que se faziam necessárias para que as sociedades do continente começassem a se movimentar em direção ao desenvolvimento pleno.

Os grupos de ISAL no Brasil viriam a ser compostos pelos setores das igrejas que, aglutinados na Confederação Evangélica do Brasil, desenvolveram processos de reflexão e ação solidária através do Setor de Responsabilidade Social e do Departamento de Ação Social, procurando orientar e influenciar as igrejas-membros a participarem mais ativamente das lutas políticas em favor da transformação social do país. Infelizmente, os interesses norte-americanos no continente perceberam muito cedo o potencial transformador que os ameaçava. Em 1964 o Brasil inaugura, quase dez anos antes que os outros países, a implantação de uma nova ordem sócio-econômica, inserida no contexto da Guerra Fria que dividia então o mundo e conhecida sob a denominação de “Estados de Segurança Nacional”, com o objetivo de lutar contra o Comunismo, cujo baluarte, no continente, era a Revolução Cubana fortemente apoiada e sustentada pela União Soviética.

O golpe militar de 1964, que liquidou com a frágil democracia brasileira, respondeu aos anseios da elite econômica e de significativos setores da classe média, contando com o apoio, ingênuo em muitos casos, de importantes estruturas eclesiásticas protestantes. A Confederação Evangélica foi desmantelada, e seus principais agentes progressistas perseguidos dentro e fora das igrejas.

Este acontecimento faria com que esse grupo de pessoas, para dar consequência a sua opção política e seu compromisso de fé, desse origem, em 1965, sob os auspícios do CMI — via apoio direto de ISAL —, ao Centro Evangélico de Informação (CEI), como se verá mais adiante.

4.2 - O 'Aggiornamento' Católico e a Expansão de Agências Ecumênicas no Continente

Um ano após a implantação do regime militar no Brasil, inaugurando uma nova fase do expansionismo capitalista no continente, termina em Roma o Concílio Vaticano II, convocado cinco anos antes pelo Papa João XXIII para reajustar o Catolicismo mundial face às rápidas mudanças sociais, econômicas e políticas que se iam configurando por toda parte, sob o influxo da consolidação e da luta permanente entre as duas superpotências emergentes da Segunda Guerra Mundial: Estados Unidos e União Soviética.

Três anos depois, em 1968, como expressão da consolidação das Conferências Episcopais nacionais, realiza-se a Conferência Episcopal Latino-Americana em Medellín, Colômbia, quando os bispos católicos do continente procuram aplicar as novas orientações e concepções oriundas do Vaticano II às igrejas da América Latina. Ali os bispos, pela primeira vez na história do continente, desatrelam a Igreja Católica de seus históricos compromissos com as elites dominantes latino-americanas, e conclamam a igreja a uma tríplice opção preferencial: pelos pobres, pelos jovens e pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Na raiz e gênese de todo esse processo de renovação da estrutura católico-romana, é mister observar a importante contribuição de movimentos e personalidades católicas (bispos comprometidos) que muito influíram, tanto no desenvolvimento do Concílio Vaticano II, como na própria Conferência Episcopal do continente.

Esta decisão transcendental da hierarquia romana do continente, junto com os esforços de reflexão teológica dos grupos protestantes, todos engajados numa prática essencialmente ecumênica, iria criar as condições para a irrupção das diferentes

expressões da Teologia da Libertação. Esta, ao não encontrar guarida no espaço eclesiástico protestante, seria assumida, através da prática pastoral das comunidade de base e das pastorais especializadas no âmbito católico-romano, como uma produção confessional/institucional, esquecendo-se sua vertente protestante e modificando-se algumas de suas proposições demasiadamente arrogantes para a dogmática romana.

Ainda na década de sessenta, observou-se a expansão e crescimento do CMI com o ingresso, em suas fileiras, de muitas igrejas do assim chamado “Terceiro Mundo”. Com isso, teve lugar a ampliação de sua agenda de reflexão e sua inflexão prática nos diversos contextos regionais. Novos programas ecumênicos inspirados e guiados pelo CMI apareceram, financiando inumeráveis organismos voltados para diferentes temáticas, mas todos envolvidos com a criação de espaços de formação capazes de tornar possível o desenvolvimento de uma consciência crítica, especialmente nos setores populares, com o objetivo de se criarem condições para a superação do subdesenvolvimento. É nesse contexto que se assistiu a criação e implantação do programa de Missão Urbana e Rural em 1963, que, começando na Argentina, ramificou-se por todo o continente.

Em meados da mesma década, surgiu a Comissão Ecumênica de Educação Cristã (CELADEC), com sede em Lima, Peru. Esta multiplicou apoios e criou uma enorme rede de agências espalhadas por todo o continente, difundindo a metodologia de educação de adultos do pedagogo brasileiro Paulo Freire, procurando, ao mesmo tempo, mas sem muito êxito, sensibilizar as igrejas para colaborar em no esforço de transformação das estruturas político-econômicas que submetiam os países da região aos interesses da poderosa economia norte-americana.

A consolidação do regime cubano, com a assistência econômica direta e permanente da União Soviética, criou um campo de gravitação muito forte especialmente para a juventude do continente, frustrada e desesperançada com as promessas não cumpridas, por parte dos políticos, de mudanças que lhes garantissem, e ao povo em geral, um futuro mais ameno. O

socialismo cubano serviria, então, de inspiração e vetor de orientação para insurreições guerrilheiras na maioria dos países do continente. Esta situação ofereceu aos governos, em sua maioria militares ou em processo de militarização, a desculpa de que necessitavam para a implantação de regimes ditatoriais abertos, de modo a favorecer um novo processo de acumulação e internacionalização da economia, com a presença crescente das companhias multinacionais que, a partir de então, começaram a impor seu controle sobre o mercado latino-americano.

4.3 - Direitos Humanos e Entidades Ecumênicas de Serviço

No final da década de sessenta, e durante toda a década seguinte, um novo tema iria nutrir e promover a aproximação entre setores católicos e protestantes. Ao mesmo tempo, ele aprofundaria o fosso entre os grupos eclesiais ditos “conservadores” e “progressistas”: a questão da defesa e promoção dos direitos humanos. A princípio limitado à defesa dos direitos pessoais e à integridade física dos prisioneiros políticos das várias ditaduras militares que assolaram o continente, a luta pela tomada de consciência e promoção dos direitos humanos acabou se ampliando, tendo as igrejas, notadamente a Igreja Católica Romana, como a grande instituição (a única estrutura de âmbito nacional que não esteve sob o controle do poder militar) que impulsionou e deu proteção aos setores sociais envolvidos na contestação aos atropelos dos direitos democráticos perpetrados pelos diferentes governos latino-americanos.

Muito cedo se aliou à luta pelos direitos do indivíduo a luta pelos direitos sociais, como salário digno, saúde, educação, moradia, terra e trabalho. Multiplicaram-se os grupos que, relacionados de uma maneira ou outra com as pastorais das igrejas, investiam talentos, recursos e articulações dos mais diferentes tipos na intenção de criarem um anteparo de defesa, especialmente dos setores populares, aos desmandos do capitalismo militarizado e prepotente.

Nesse contexto é importante assinalar a reorganização do Centro Evangélico de Informações. Esse grupo de protestantes em conflito com suas igrejas, professando sua fé numa perspectiva

ecumênica, depois de 1968 (Medellín) passa a incorporar companheiros(as) católico-romanos(as), e com isso muda o nome de sua organização para Centro Ecumênico de Informação, conservando a sigla inicial. De 1969 a 1974 esse grupo perde em grande parte sua influência no espaço alternativo protestante, já que este diminui sensivelmente. Graças à abertura propiciada pela Conferência Episcopal de Medellín, o CEI começa a gravitar, através de cursos de formação, pesquisas socioculturais e programas de alfabetização de adultos, no espaço agora privilegiado das nascentes CEBs e das pastorais especializadas.

Em 1974, depois de consolidada uma aliança com setores de cientistas sociais de várias universidades, e mediante o apoio ostensivo de vários bispos católicos, o grupo decide sair de uma semiclandestinidade que se havia imposto. Agora ele se constitui como uma entidade ecumênica de serviço sob o nome de “Centro Ecumênico de Documentação e Informação” (CEDI), autônoma em relação às estruturas eclesiais, mas profundamente comprometida com a causa da cooperação ecumênica, intereclesial, e com os valores teológicos que privilegiam o horizonte do Reino de Deus como paradigma definitivo para a inflexão da Igreja nos meandros das lutas sociais e políticas.

O CEDI prestou serviços de assessoria, documentação e publicações para diversos setores da sociedade brasileira engajados no processo de transformação social com vistas à criação de uma sociedade justa, fraterna e igualitária. Por sua conta e risco, alinhou-se com as posições mais consistentes do CMI e fez do ecumenismo amplo e dos valores democráticos mais radicais a motivação fundamental de sua existência e de sua atuação. Depois de vinte anos de existência, fiel a sua autocompreensão como um instrumento de serviço à sociedade brasileira e ao movimento ecumênico, decidiu encerrar sua existência como entidade totalizadora de diferentes formas de inserção política e ecumênica, dividindo-se em três organizações de caráter mais temático especializado. Assim surgiram, em 1995, o “Instituto Sócio-Ambiental” (ISA), a “Ação Educativa” e “Koinonia — Presença Ecumênica e Serviço”. Esta última preserva e continua o compromisso e o impulso que gerou o CEI e, posteriormente, o CEDI: a vocação ecumênica!

Em 1973, as igrejas com uma certa abertura ecumênica e sensíveis à problemática sócio-política que o país atravessa desde sempre, decidiram constituir uma entidade de serviços para implantar e administrar pequenos projetos de educação e geração de fontes de trabalho, voltados especialmente para o Nordeste, região mais pobre e explorada do país. Criou-se assim a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), que representaria nessa área de projetos populares as seis igrejas que a constituem, contando entre elas a Igreja Católica Romana, através da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB).

Esforços semelhantes realizaram-se em outros países do continente. Digna de menção é a criação, no final dos anos setenta, do Departamento Ecumênico de Investigações (DEI) na Costa Rica. Este instituto, constituído por cientistas sociais, teólogos e religiosos, viria a dedicar-se, à semelhança de seu congêneres brasileiro, à formação da liderança religiosa numa perspectiva ecumênica, envolvida com o trabalho das CEBs (no caso católico), à reflexão crítica sobre as conjunturas sócio-políticas e à reflexão teológica latino-americana. Um número significativo de teólogos, na sua maioria católicos, viria a ser lançado pelo DEI, que se constituiu, na região da América Central, num pólo de referência importante para a igreja popular que se gestou por toda a parte no continente.

O ano de 1974 é emblemático, pois marca o início de uma nova fase no processo de consolidação do projeto imperialista dos Estados de Segurança Nacional. Em 1973 termina a experiência de socialismo pela via eleitoral no Chile, com a queda e assassinato do Presidente Salvador Allende frente ao golpe militar encabeçado pelo general Augusto Pinochet. Dois anos antes os militares uruguaios, frente à crescente popularidade e força do grupo guerrilheiro “Tupamaros”, haviam assumido o poder, e, mantendo em sua cadeira o presidente eleito, instalaram uma ditadura das mais sanguinárias num país até então considerado como um exemplo de democracia para o continente. Fato similar, com consequências ainda mais trágicas e nefastas, ocorreu na Argentina.

Como resultado da repressão desatada, o movimento ecumênico viu-se duramente golpeado com o desbaratamento da

rede de ISAL nos países do Cone Sul, acompanhado de um processo que já ocorrera em outros países. Remanescentes desse movimento se reorganizaram em 1974, criando um organismo substituto, com gravitação agora principalmente na América Central e no Caribe, e denominado Ação Social Ecumênica Latino-Americana (ASEL). Mas a mudança radical da conjuntura política e sua distância dos novos fenômenos que estavam ocorrendo nas igrejas — e entre as igrejas — imobilizaram esse movimento. Assim, apesar de manter viva a revista *Cristianismo y Sociedad*, ele não teve condições de responder, em termos continentais, às novas demandas da pujante pastoral dos anos oitenta, reduzindo-se a um movimento de caráter regional, centro-americano.

Nessa mesma década, por outro lado, assistimos a um outro tipo de invasão. Trata-se da chegada de numerosos grupos protestantes conservadores, não mais como representantes das igrejas institucionais norte-americanas, mas de grupos independentes de caráter pietista-puritano-evangelical, politicamente reacionários, e portanto alinhados com a política externa norte-americana. Esses grupos trataram de aliciar a juventude das igrejas protestantes tradicionais e criar um espaço novo, interdenominacional, com o propósito de inocular sua ideologia político-religiosa nas igrejas. Trata-se dos chamados grupos missionários paraeclesiásticos, que terminam por consolidar o conservantismo até então latente nas igrejas do protestantismo tradicional.

4.4 - As Igrejas se Articulam

Desde o final da década de sessenta, e na esteira das frustradas tentativas de articulação continental das igrejas protestantes através das CELAS (Conferências Evangélicas Latino-americanas), persistiu o esforço, sempre retomado por alguns setores eclesiásticos, de busca de uma estrutura supranacional que representasse o Protestantismo latino-americano no concerto ecumênico das Igrejas da Reforma.

Como resultado, tivemos na primeira metade da década de sessenta a criação de uma comissão provisória pró-Unidade da

Igreja Evangélica Latino-Americana (UNELAM), cujo principal expoente e condutor executivo foi o pastor metodista uruguaio Emílio Castro. UNELAM, sob os auspícios, apoio e, às vezes, indução do CMI, conseguiu finalmente a adesão de dezenas de igrejas nacionais à sua proposta de criação de um organismo latino-americano que as representasse e, ao mesmo tempo, fosse um espaço para trocas de experiências e enriquecimento mútuo. Na Conferência de Oaxtepec, no México, em 1978, foi finalmente concretizado um sonho de muitas décadas, com a criação provisória do Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI). Este seria definitivamente constituído em Huampani, Peru, em 1982.

Contando com a participação de representantes de todas as famílias eclesíásticas do protestantismo latino-americano (dos episcopais-anglicanos aos pentecostais), o CLAI reúne hoje cerca de cento e vinte igrejas como membros plenos, bem como dezenas de movimentos e instituições ecumênicas como membros fraternais. Pronunciadamente referido ao CMI, o CLAI tem sido uma voz importante no cenário sócio-político do continente, em defesa de amplos setores marginalizados da sociedade latino-americana. Ele tem contribuído para a criação de um rico espaço de intercâmbio, testemunho e aprendizado mútuo de suas igrejas-membros. Entretanto, seu posicionamento ecumênico aberto e alinhado com o CMI tem criado fricções com setores eclesíásticos mais conservadores, e impedido a expansão do diálogo, especialmente com os setores pentecostais majoritários em nosso país.

Na década de oitenta, no Brasil, talvez como fruto das diversificadas e significativas experiências ecumênicas experimentadas nos anos anteriores, e da consolidação em algumas igrejas de uma convicção ecumênica mínima, assistimos, quase que em concomitância com o processo que levou à criação do CLAI, a formação do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), incluindo a Igreja Católica Romana e seis denominações evangélicas.

Apesar de ser um fato que existe há mais de uma década e meia, o CONIC ainda está longe de responder à demanda pela qual veio a existir. E isso tem a ver diretamente com a realidade de

seus representados. As igrejas evangélicas que dele fazem parte não nutrem maiores compromissos entre si, e todas juntas não detêm nem 30% do peso político, social e cultural da Igreja Católica Romana (se é que isso se pode quantificar!). Esse desequilíbrio interno, por um lado, e a hegemonia católico-romana, ainda que involuntária, por outro, está a exigir uma postura mais criativa por parte desse organismo que, entretanto, ainda não se fez presente. Isto, no entanto, não quer dizer que o CONIC não tenha sentido. Ao contrário: no campo religioso brasileiro, ele simbolicamente se constitui numa novidade promissora que pode vir ainda a desempenhar um papel de grande significação, desde que seja capaz de articular, interna e externamente, as potencialidades de seus diferentes componentes.

4.5 - O Ecumenismo nas Bases

A expansão das Comunidades Eclesiais de Base a partir da segunda metade da década de setenta e sua consolidação como uma nova forma de organização eclesial católico-romana, na década seguinte, ensejou o surgimento de uma inédita experiência de relacionamento ecumênico que ficou conhecida como “ecumenismo de base”.

Este fenômeno, ainda que sendo uma manifestação eclesial de colaboração interconfessional, nunca chegou a expressar-se como uma manifestação oficialmente integrada pelas igrejas. Trata-se de uma aproximação dos cristãos motivada por problemas específicos da realidade social. É aí que se encontram de fato, promovendo atividades e tarefas comuns, desenvolvendo uma colaboração concreta. E é através dessa colaboração e do desenvolvimento de ações comuns em função do bem-estar de todos, de melhorias das condições de vida, de uma luta política específica, que a perspectiva ecumênica se abre; cria-se, inclusive, um espaço para a crítica de visões doutrinárias formuladas em outras circunstâncias, cristalizadas e consolidadas no interior das igrejas e que, muitas vezes, nada têm a ver com a realidade que os próprios fiéis estão experimentando.

Foi a descoberta da sociedade como campo de ação da Igreja, e a descoberta dos grandes problemas que enfrenta o povo, para os quais a Igreja tem de dar uma atenção primordial em fidelidade à mensagem que quer proclamar, que se abriu a possibilidade do que nós, posteriormente, vamos chamar de “ecumenismo de serviço”, isto é, os cristãos se encontrando frente a uma tarefa comum em termos sociais e políticos e, a partir daí, relendo suas próprias histórias, revendo suas heranças teológico-doutrinárias e lendo juntos a Bíblia, agora a partir de uma mesma realidade existencial.

Como assinala Julio de Santa Ana, este tipo de expressão ecumênica organizada é a que se encontra mais próxima das manifestações do ecumenismo em sua expressão popular, procurando a unidade em função de um testemunho ativo do Reino de Deus que está chegando.¹⁵ Em geral, as iniciativas tem partido das CEBs, católicas ou não, das relações construídas por seus integrantes com cristãos de outras confissões no mesmo bairro, nos locais de trabalho, no enfrentamento de problemas comuns de sobrevivência. Trata-se de uma experiência ecumênica sujeita a riscos inequívocos, mas que também dá sinais de um enorme dinamismo e uma extraordinária criatividade.

Infelizmente, o peso e a natureza diferente das distintas institucionalidades eclesiais cerceiam, e às vezes coíbem, o pleno desenvolvimento de experiências mais profundas desta forma de aproximação confessional. A nova postura oficial católica-romana *vis-à-vis* as comunidades de base está impedindo, e às vezes comprometendo, a expansão e o aprofundamento desta novidade ecumênica que assinalava, na década de oitenta, oportunidades promissoras no cenário ecumênico nacional.

Uma entidade surgida no princípio dos anos oitenta em São Paulo, o CESEP (Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e à Educação Popular), e dirigida à formação de agentes pastorais — na sua imensa maioria oriundos da chamada igreja popular — tem-se dedicado, tanto na área da formação como nos esforços de

15 Julio de SANTA ANA, *Ecumenismo e Libertação*, p. 254.

reflexão, a fortalecer e aprofundar o significado e as potencialidades destas expressões concretas de interação ecumênica.

5 - A Modo de Conclusão

Neste final de década e de século, quando vamos celebrar dois mil anos de Cristianismo, somos desafiados a experimentar novas dimensões na aventura ecumênica que se constituiu num dos marcos históricos da segunda metade do século 20.

Na verdade, o movimento ecumênico nunca deixou de ser uma proposição nascida e acalentada no interior das igrejas protestantes. O posterior engajamento das igrejas ortodoxas e, muito mais tarde, da Igreja Católica Romana, apenas confirma este pioneirismo protestante. A partir de sua operacionalização através das inspirações, articulações e instrumentos relacionados, de uma forma ou de outra, com o CMI, esse movimento ecumênico, de tantas facetas, nuances e formas de expressão pública, caracterizou-se por definir-se teologicamente como esforço de unidade dos cristãos comprometidos com a implantação dos sinais do Reino anunciado pelo proscrito de Nazaré.

Com todas as suas contradições históricas, teológicas e até mesmo pragmáticas, o movimento ecumênico nunca se pensou como um movimento qualquer que procura a unidade das instituições eclesiásticas a qualquer preço. Seu fundamento é o Reino que está solidamente fincado no horizonte da história humana. Nesta opção, o movimento ecumênico revela sua origem na eclesiologia gestada a partir da Reforma do século 16. Além disso, e em consequência desse estatuto teológico fundante, o movimento ecumênico entende sua luta pela unidade através do exercício diaconal que, na grande maioria dos casos e, particularmente, na América Latina, sempre implicou a participação efetiva das igrejas, ou setores das mesmas, nos movimentos sociais e populares. Pois a libertação dos oprimidos e excluídos do sistema internacional de organização da sociedade humana — a *oikoumene* ocidental ou, ainda, a cristandade ocidental moderna que nasce como legitimadora do projeto burguês capitalista, cujo eixo euroamericano governa hoje o mundo — se

configura como condição *sine qua non* para a unidade da Igreja cristã. Por isso mesmo, no seu interior se debatem dois projetos históricos muito claros, embora nem sempre percebidos com nitidez.

Por um lado, temos o projeto que emerge dos valores da civilização ocidental, da *oikoumene* moderna plasmada a partir do surgimento do capitalismo, com sua ânsia de conquista e ocupação totalitária da *oikoumene* (a terra habitada) criada por Deus. Por outro, o projeto da *oikoumene* autêntica, aquela que se baseia na justiça em todas as relações humanas.¹⁶ Para este último projeto de unidade se impõe também uma atitude de abertura e receptividade fraterna para com as religiões não-cristãs. Estas expressões humanas multivariadas frente ao Mistério da vida e do cosmo vem sendo sistemática e continuamente desqualificadas, reprimidas, reapropriadas e desprezadas, quando não totalmente erradicadas, em nome da fé cristã. Falar em diálogo a partir do *locus* do Cristianismo ainda soa ameaçador e perigoso para muitas formas religiosas. Esta realidade pede atos concretos que revertam a experiência vivida até aqui. Falar da unidade da casa de Deus, a “*oikoumene*”, implica em levar a sério a experiência histórica dolorosa que as outras famílias de Deus espalhadas pela terra dos homens tiveram que sofrer em seu contato com a família cristã-ocidental. Sinal inequívoco desta vontade de justiça é, já de longos anos, a iniciativa do CMI de constituir uma Comissão de Diálogo com as demais religiões. No caso da América Latina, e em particular do Brasil — apesar de ainda estarmos nos primeiros momentos desta iniciativa — trata-se de olhar com simpatia, atenção, fraternidade e reverência para as religiões populares do nosso continente, tais como as expressões da religiosidade indígena e das manifestações dos cultos afro-ameríndios e afro-brasileiros.

Estas características têm informado o giro ecumênico da maioria das igrejas e grupos cristãos envolvidos nesta aventura de fé na perspectiva de promoção dos sinais da presença do Reino de Deus entre nós. Entretanto, as mudanças estruturais e conjunturais

16 José MÍGUEZ BONINO, *Conflicto y Unidad en la Iglesia, Vida y Pensamiento*, v.11, n. 2, San José,[Costa Rica], dez., 1991, p. 43.

que estamos experimentando nas últimas duas décadas estão a exigir uma avaliação rigorosa do sentido e da direção destas posturas.

O crescimento e expansão das formas religiosas de tipo pentecostal, a afirmação consolidada das religiões de origem africana no Brasil e em outros países do continente, a luta pelo resgate dos valores religiosos e culturais das populações indígenas, aliadas ao fortalecimento do confessionalismo e do denominacionalismo, estão acrescentando novas dimensões à natureza do movimento ecumênico. Estas estão a exigir uma reflexão mais profunda e consistente acerca do que significa a convergência de expressões religiosas no atual contexto sócio-econômico e cultural do país. Pouco a pouco a expressão *transconfessionalidade* começa a tomar corpo para expressar um movimento novo que pode afetar, positiva ou negativamente, as manifestações ecumênicas até aqui conhecidas. Trata-se de uma experiência de retorno às raízes confessionais/religiosas com a perspectiva de resgatar aqueles elementos permanentes, singulares e perenes que podem nos ajudar a ir mais longe do que fomos até agora em nossa aventura ecumênica, tendo como objetivo reforçar nossa fidelidade aos valores fundamentais do Reino revelados pela fé bíblica.

Este movimento em direção às raízes de nossa experiência eclesial, entretanto, só tem sentido se pensado e articulado no horizonte da unidade da fé e desenvolvido diaconalmente no contexto sociocultural em que nos encontramos. Pois é exatamente aqui que nos confrontamos com esforços, cada dia mais desenvolvidos, de reforço e encapsulamento cultural/religioso orientados a produzir formas consoladoras de religiosidade funcionais à estrutura de exclusão e controle a que nosso povo se encontra submetido.

Os novos movimentos religiosos de corte pentecostal/carismático, representados pelas igrejas do pentecostalismo autônomo, neopentecostalismo ou pós-pentecostalismo (são variadas as tipologias e as nomenclaturas que tentam classificar o fenômeno), é dentro no universo católico-romano pelo movimento da “Renovação Carismática Católica”, ao retrabalharem elementos próprios do universo religioso oferecem legitimação religiosa às novas condições impostas pela ordenação sócio-econômica dita

globalizada. Ao mesmo tempo, dão, ao conjunto da população excluída dos reais benefícios da nova estrutura de produção e consumo, esperanças ilusórias que as tornam apáticas e conformadas à realidade do *status quo* estabelecido. Esta realidade se constitui hoje num dos maiores desafios para as igrejas envolvidas no movimento ecumênico.

Por outro lado, a redescoberta das outras religiões presentes no espaço popular, e intrinsecamente ligadas à matriz cultural/religiosa brasileira, além de se constituir noutra desafio para a proposta ecumênica até aqui vigente, abre um leque de novas questões que perguntam pela real intencionalidade ecumênica de determinadas expressões eclesiológicas. A problemática do diálogo inter-religioso, batizado hoje, em alguns círculos, de macroecumenismo, isto é, relações ecumênicas que superam os limites da religiosidade cristã, está a exigir uma reflexão mais aprofundada. Em que consiste, realmente? Em uma inculturação formal de aspectos meramente folclóricos da religiosidade negra, por exemplo, para reforçar a estrutura de comunicação das diferentes liturgias cristãs? É possível, e como, ir além do diálogo cultural/religioso com as expressões cúltricas não-cristãs sem comprometer os valores fundamentais da fé bíblica? É possível apoderar-se de expressões da religiosidade afro ou indígena para enriquecer a vivência comunitária cristã sem violentar/desrespeitar uma cultura por tantos séculos desprezada e oprimida? Como detectar e articular os valores humanos/cristãos na experiência religiosa não-bíblica?

Estas e outras questões precisam ser refletidas e rearticuladas para se redefinir o escopo e a direção de um movimento ecumênico que se propõe a lutar pela fidelidade aos valores da fé evangélica, a fim de manter a utopia de uma “*oikoumene* com justiça” num tempo de mercantilização idolátrica da religiosidade e da vida. Como assinala J. Míguez Bonino,

o combate pela *oikoumene* é um ato de fé. Seu futuro imediato se define em sua própria práxis. Seu futuro último é somente a verdadeira *oikoumene* onde mora a justiça. Na tensão entre ambas se increve nosso ecumenismo em toda a sua ambigüidade e sua promessa.¹⁷

17 MÍGUEZ BONINO, Conflicto..., p. 49.

Bibliografia

- BAUBÉROT, Jean, Jean-Louis LEUBA. Oecuménisme. In: *Encyclopédie du Protestantisme*. Paris: Ed. du Cerf; Genebra: Labor et Fides, 1995, p. 1085-104.
- FEBVRE, Lucien. *Martin Lutero, un destino*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1956.
- GOODALL, N., *El Movimiento Ecumênico: Qué es y para que trabaja?* Buenos Aires: La Aurora, 1970.
- MÍGUEZ BONINO, José. Conflicto y Unidad en la Iglesia, *Vida y Pensamiento*, v.11, n. 2, [San José, Costa Rica] dez. 1991.
- NAVARRO, J. Bosch. *Para compreender o Ecumenismo*. São Paulo: Loyola, 1995.
- SANTA ANA, Julio de. *Ecumenismo e Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- VISSER'T HOOFT, W.A. *The Genesis and Formation of the World Council of Churches*. Genebra: W.W. C. [World Council of Churches], 1992.

Zwinglio M. Dias
Rua Jacob Lawall, 410
Borboleta - Juiz de Fora-MG 36035-430